



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL

Anexo

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**ANEXO I**

**PREGÃO Nº 28/2019 – ELETRÔNICO**

**CAPÍTULO I – DO OBJETO**

1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições para aquisição de materiais de consumo (Informática), doravante denominados apenas materiais, pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.
2. A aquisição desses materiais será realizada mediante licitação na modalidade de PREGÃO, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço, conforme condições do Edital e deste Termo de Referência.


**CAPÍTULO II – DO REGISTRO DE PREÇOS**

1. Adotar-se-á o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS para a presente contratação em razão de:
  - a) haver previsão de aquisições freqüentes dos materiais ora licitados, visando atender à necessidade de ressuprimento do estoque do almoxarifado para atendimento da demanda de Cadastramento Biométrico/2019-2020;e
  - b) não possibilidade de determinação precisa do quantitativo de materiais a serem adquiridos pelo TRE/MS, especialmente em função da equação: recursos orçamentários disponíveis/preço de venda final, objetivando-se possibilitar ao TRE/MS o melhor aproveitamento desses recursos.
2. Caracteriza-se o referido SISTEMA pelo registro de preço unitário para cada item, que, durante a vigência da Ata de Registro de Preços (Anexo II deste Pregão), deverá ser praticado pela empresa vencedora.
  - 2.1. Durante a vigência da Ata, havendo interesse do TRE/MS na aquisição de material com preço registrado, será informado à empresa fornecedora, através do envio de Nota de Empenho e/ou Requisição de fornecimento.
  - 2.2. Recebida a Nota de Empenho e/ou Requisição de fornecimento, a empresa fornecedora deverá providenciar a entrega do(s) material(is), dentro do prazo fixado neste Termo de Referência, ao preço registrado na Ata.
3. A vigência do Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado da data da assinatura da Ata de Registro de Preços.

**CAPÍTULO III – DOS MATERIAIS, QUANTIDADES E PREÇOS MÁXIMOS**

1. A descrição dos materiais a serem adquiridos, respectivas quantidades e preços máximos

admitidos pelo TRE/MS, consta indicada abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS		
01	<p align="center"><b>TONER PARA A IMPRESSORA SAMSUNG SL-M4020-ND</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. CARTUCHO TONER <b>COR PRETA</b>;</li> <li>2. CARTUCHO TONER FORNECIDO DEVE FUNCIONAL EM PLENAS CONDIÇÕES NA IMPRESSORA <b>SAMSUNG M4020ND</b>;</li> <li>3. MODELO DE REFERÊNCIA CARTUCHO TONER <b>MLT-D203U</b> (rendimento médio 15.000 páginas aproximadamente)</li> <li>4. GARANTIA DE 12 MESES DO FORNECEDOR.</li> </ol>		
			
UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO MÁXIMO TOTAL (R\$)
<b>Unidade</b>	225	R\$ 344,89 (toner original) R\$ 134,81 (toner compatível)	R\$ 77.600,25 (total toner original) R\$ 30.332,25 (total toner compatível)

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS
------	-------------------------

**COTA ME/EPP - TONER PARA A IMPRESSORA SAMSUNG SL-M4020-ND**

1. CARTUCHO TONER **COR PRETA**;
2. CARTUCHO TONER FORNECIDO DEVE FUNCIONAL EM PLENAS CONDIÇÕES NA IMPRESSORA **SAMSUNG M4020ND**;
3. MODELO DE REFERÊNCIA CARTUCHO TONER **MLT-D203U** (rendimento médio 15.000 páginas aproximadamente)
4. GARANTIA DE 12 MESES DO FORNECEDOR.



02

UNIDADE	QUANTIDADE	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO MÁXIMO TOTAL (R\$)
Unidade	75	R\$ 344,89 (toner original) R\$ 134,81 (toner compatível)	R\$ 25.866,75 (total toner original) R\$ 10.110,75 (total toner compatível)

1.1. Em caso de divergência entre a descrição dos materiais indicada no SIASG/ COMPRASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

2. Para os itens: **1 e 2**, a empresa licitante poderá ofertar produtos originais ou compatíveis,

considerados, para fins desta licitação, como segue:

- a) original: cartucho produzido pelo próprio fabricante da impressora, e/ou comercializado sob sua marca (do fabricante da impressora);
- b) compatível: cartucho produzido por terceiros, para uso com o modelo de impressora indicado.

2.1. Caso a empresa licitante ofereça produto **compatível** com os equipamentos, deverá ser apresentado, para fins de aceitação da proposta, laudo de ENTIDADE DE AVALIAÇÃO E MEDIÇÃO que comprove que o produto compatível ofertado tem qualidade e rendimento (quantidade estimada de páginas impressas) equivalente ou superior ao produto original.

2.1.1. Para a comprovação da qualidade e do rendimento exigida na cláusula anterior, deverá constar expresso no laudo emitido que os testes de rendimento foram realizados em impressoras da mesma marca e modelo dos equipamentos aos quais são destinados os suprimentos.

2.1.2. As marcas e os modelos das impressoras em que serão utilizados os insumos pretendidos constam na descrição da especificação dos itens (vide cláusula 1 do presente capítulo).

2.1.3. As empresas classificadas provisoriamente em primeiro lugar com o menor preço deverão enviar o laudo via e-mail ([pregoeiro@tre-ms.jus.br](mailto:pregoeiro@tre-ms.jus.br) com cópia para [pregoeirotrems@gmail.com](mailto:pregoeirotrems@gmail.com)), no prazo de **60 (sessenta) minutos**, contados após a convocação pelo Pregoeiro.

**2.1.4. A não apresentação do laudo nos termos dispostos nesta cláusula ensejará a recusa da proposta pelo Pregoeiro.**

3. Reserva-se ao TRE/MS a **faculdade** de exigir a apresentação de amostra do produto ofertado pela empresa vencedora, de modo a comprovar o atendimento às especificações exigidas.

4. Os itens que tiveram seus valores totais estimados acima de R\$ 80.000,00, para atendimento do disposto no inciso III, artigo 48 da Lei Complementar nº 123 – cota de até 25% para ME/EPP, foram divididos em dois itens, conforme indicado na tabela abaixo:

Material	Quantidade total a ser adquirida	Qdade ampla disputa	Qdade cota exclusiva ME/EPP
TONER PARA A IMPRESSORA SAMSUNG SL-M4020-ND	300	Item 01 - 225 unidades	Item 02 – 75 unidades

## **CAPÍTULO IV – DA ANÁLISE TÉCNICA DA PROPOSTA E DO ENCAMINHAMENTO DE AMOSTRAS**

1. A análise técnica das propostas, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos produtos ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

2. De modo a permitir a análise técnica, a licitante deverá indicar em sua proposta a marca e o modelo do produto ofertado.

2.1. A licitante poderá indicar, também, sítio(s) na internet, preferencialmente do fabricante, onde possam ser obtidas informações sobre o produto ofertado.

2.2. A ausência e/ou insuficiência de informações sobre o produto ofertado poderá importar

a desclassificação da proposta.

3. Para fins de aceitação da proposta, PODERÁ TAMBÉM SER EXIGIDA da licitante ofertante do menor preço a apresentação de AMOSTRAS para fins de testes de compatibilidade e integridade.

3.1. Mencionadas amostras, deverão ser encaminhadas à Seção de Licitação e Compras, aos cuidados do Pregoeiro, localizada na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, n.º 23, Jardim Veraneio/Parque dos Poderes, em Campo Grande, telefone: (67) 3326.5560 ou (67) 2107.7095.

3.2. As amostras deverão ser entregues em embalagem lacrada.

3.3. Poderá ser exigida amostra do produto.

4. O prazo para fornecimento das amostras será de 07 (sete) dias úteis, contados da solicitação do Pregoeiro.

5. As verificações das amostras serão realizadas pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e consistirá, dentre outras, em:

a) verificações dos requisitos mínimos obrigatórios;

b) compatibilidade das especificações técnicas exigidas;

5.1. Do resultado da análise da amostra será emitido RELATÓRIO DE ANÁLISE TÉCNICA, sendo divulgado no sítio do Tribunal na página: [www.tre-ms.jus.br](http://www.tre-ms.jus.br). Em caso de desclassificação, será convocado o segundo colocado na licitação para apresentar amostra.

6. As empresas deverão retirar os materiais enviados como amostras na Seção de Licitação e Compras, sito na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, Campo Grande/MS, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do encerramento da sessão pública.

6.1. Os custos com o envio e/ou retirada das amostras ficará a cargo da licitante.

**6.2. Caso a retirada não ocorra no prazo indicado na cláusula 6, o TRE/MS dará às amostras o destino que entender pertinente.**

**6.3. Caso as amostras sejam aprovadas não há necessidade de serem retiradas, serão computadas como parte dos materiais que serão entregues.**

7. Para os casos onde não há a necessidade de apresentação de amostra, a síntese do resultado da análise técnica das propostas será informada às licitantes pelo Pregoeiro, através da ferramenta de conversação disponível no sistema COMPRASNET.

## **CAPÍTULO V – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DOS MATERIAIS**

1. A empresa fornecedora deverá entregar o material na Seção de Patrimônio e Almoxarifado deste Tribunal, sito na Avenida Julio de Castilhos, 331 (entrada pela rua lateral: Vespasiano Martins) – Vila Alba, Campo Grande/MS, na cidade de Campo Grande/MS, das 12:00 h às 18:00

1.1. A empresa poderá agendar previamente o dia, horário e local para a entrega dos materiais.

1.2. O agendamento será realizado por servidor da Seção de Patrimônio e Almoxarifado, no horário de 12:00 h às 18:00 h, de segunda a sexta-feira, através do telefone (67) 3361-0016 (João ou Geraldo).

**1.3. Nos termos do inciso III, art. 3º do Decreto nº 7.174/2010, para os produtos**

**importados será exigido, no momento da entrega, a comprovação de origem dos mesmos e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de rescisão contratual e multa.**

2. O PRAZO MÁXIMO DE ENTREGA dos materiais é de **30 (trinta)** dias, contados do recebimento da Nota de empenho.
3. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com o prazo de entrega estabelecido, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo de entrega, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.  
3.1 A comprovação de que trata esta cláusula deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa contratada, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.
4. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.
5. Em caso de denegação da prorrogação do prazo de entrega, e caso não cumpra o prazo inicial, o fornecedor ficará sujeito às penalidades previstas para atraso na entrega.
6. **O recebimento provisório e definitivo dos materiais** ficará a cargo da Seção de Patrimônio e Almoxarifado do TRE/MS, que poderá submeter os materiais entregues à análise da Seção de Microinformática para fins de avaliação do atendimento às especificações exigidas, conforme descrito a seguir.
7. **O recebimento provisório** será efetuado no momento da entrega, ou em até 2 (dois) dias úteis desta, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:
  - a) os materiais deverão estar em suas respectivas embalagens originais, se cabível, com a indicação da marca/modelo na embalagem e/ou no próprio material, bem como das demais características que possibilitem a correta identificação do material;
  - b) condições da embalagem e/ou do material;
  - c) quantidade entregue;
  - d) apresentação do documento fiscal, com identificação do fornecedor e do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.
8. Atendidas as condições indicadas na cláusula 7 acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.  
8.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.
9. **O recebimento definitivo** deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:
  - a) correspondência de marca/modelo do material com os indicados na nota de empenho ou proposta da fornecedora;
  - b) compatibilidade do material entregue com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa fornecedora;
  - c) realização de testes, quando previstos no Termo de Referência ou caso a unidade recebedora entenda necessário;
  - d) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição do material entregue, quantidade, preços unitário e total.
10. Verificada alguma falha no fornecimento, será feito o registro formal e informado à empresa fornecedora, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

10.1. Ao prazo previsto neste item, aplica-se o disposto nos itens 3 a 5 deste Capítulo.

11. Reserva-se ao TRE/MS o direito de não aceitar material cuja qualidade seja comprovadamente baixa.
12. Competirá ao fornecedor arcar com ônus da retirada dos materiais cujas características se mostrem diversas das exigidas no instrumento convocatório.
13. O TRE/MS providenciará a guarda do material entregue em desconformidade por 60 (sessenta) dias, contados da notificação ao fornecedor.
  - 13.1. Decorrido o prazo disposto na cláusula anterior, e não sendo retirado o material pelo fornecedor, o Tribunal não mais se responsabilizará pela guarda dos produtos, restando autorizado a promover a destinação que melhor aprouver ao interesse público.

## **CAPÍTULO VI – DA NOTA FISCAL/FATURA E DOS DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA**

1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação material fornecido, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade e os preços unitário e total.
2. Para fins de atendimento a IN/RBF 1.234, de 11/01/2012 (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

## **CAPÍTULO VII – DO PAGAMENTO**

1. O pagamento será efetuado, mediante depósito em conta-corrente registrada em nome da pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização e/ou do recebimento do documento fiscal.
2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista (CNDT).
3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:
  - a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;
  - b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.
4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:  $i = \text{taxa percentual anual do valor de } 6\%, I = i / 365 \quad I = (6/100) / 365$ .



## **CAPÍTULO VIII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

As sanções administrativas serão elaboradas posteriormente pela Seção de Contratos e constarão da minuta da Ata de Registro de Preços.

## **CAPÍTULO IX – DOS DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS**

1. Requisitar o fornecimento dos materiais, na forma prevista neste Termo de Referência.
2. Exigir do fornecedor o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.
3. Verificar a manutenção pelo fornecedor das condições de habilitação estabelecidas na licitação.
4. Aplicar penalidades ao fornecedor, por descumprimento contratual.
5. Efetuar o pagamento ao fornecedor, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

## **CAPÍTULO X – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

1. Realizar o fornecimento decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital e neste Termo de Referência.
2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.
3. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, cível ou penal relacionada ao fornecimento, sendo de inteira responsabilidade do fornecedor a contratação de funcionários necessários à perfeita execução do fornecimento.
4. Receber os valores que lhe forem devidos pelo fornecimento dos produtos, na forma disposto neste Termo de Referência.

## **CAPÍTULO XI. DEMAIS INFORMAÇÕES ACERCA DA CONTRATAÇÃO EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO N.º 182/2013 – CNJ (ART. 18, § 3º, INCISO II)**

1. O presente Termo de Referência visa a aquisição de materiais de consumo para uso das unidades jurisdicionais do TRE-MS.
2. Esta aquisição está alinhada ao objetivo estratégico "Melhoria da infraestrutura e governança de TIC" presente no Planejamento Estratégico Institucional 2016-2021. A STIC desta análise de viabilidade atende aos objetivos estratégicos, listados abaixo, constantes do Planejamento Estratégico da Instituição (PEI) e da Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC). O PEI e o PETIC foram instituídos, respectivamente, pelas Resoluções TRE-MS nº 415/2009 e 429/2010, relacionadas no anexo II.
  - a) Objetivo 02 – PETI – Garantir a disponibilidade e continuidade dos serviços de TI essenciais às atividades judiciais e administrativas
  - b) Objetivo 03 – PETI – Garantir a estrutura de TI apropriada às atividades judiciais e administrativas
3. Os estudos preliminares que nortearam a presente contratação encontram-se no Processo SEI 0000143-42.2019.6.12.8000
4. A quantidade (de cada item) a ser contratada será a mesma prevista na demanda



levantada nos estudos preliminares, cujos quantitativos estão indicados no Capítulo III deste Termo de Referência.

5. Os materiais analisados são “padrão de mercado” e servem para garantir a disponibilidade de impressoras Samsung M4020 do parque do TRE-MS, podendo ser usado para diversos fins, não compondo especificamente um bem ou serviço.
6. O objeto do certame trata-se da aquisição de materiais de consumo 33.90.30.17, cujas características são comuns e usuais no mercado de TIC, com padrões de desempenho e de qualidade objetivamente definidos.
7. O item está com valor acima de R\$ 80.000,00, portanto, foi separado em dois itens distintos, sendo aplicada a reserva de 25% (cota) para participação exclusiva das ME/EPPs, conforme determina o inciso III do art. 48 da Lei Complementar 147/2014
8. A forma e o critério de seleção do fornecedor já se encontra indicada no Capítulo I (Pregão/menor preço); sendo que na fase de habilitação será exigida a comprovação da regularidade perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e Justiça do Trabalho, além de Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal.
9. Os resíduos sólidos no caso os cartuchos de toner originais são encaminhados ao fabricante para desfazimento ecológico (logística reversa). E quanto aos cartuchos de toner compatíveis o TRE-MS encaminha ao almoxarifado central e o mesmo envia os cartuchos a empresas de reciclagem.
10. A conformidade técnica e legal consta no capítulo III deste termo de referência.
11. As obrigações contratuais, os papéis a serem desempenhados por cada envolvido na contratação e a dinâmica do fornecimento estão descritos nos Capítulos V, VI, VII, VIII, IX e X.
12. Devido a característica dos itens do contrato (aquisição de materiais) não há dependência técnica de conhecimento com as futuras empresas a serem contratadas para o fornecimento dos materiais.
13. A descrição de direitos de propriedade intelectual e autorais não se aplica a aquisição de equipamentos objeto desde procedimento administrativo.
14. Não há exigência especial de qualificação técnica ou formação profissional para os futuros envolvidos na execução do contrato objeto deste procedimento administrativo.



Documento assinado eletronicamente por **SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI, Técnico Judiciário**, em 03/07/2019, às 12:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0681423** e o código CRC **92408CB1**.